

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1010006-44.2016.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR
Requerente:	Neuraci Cleusa Sierra Ragonesi e outros
Requerido:	Banco do Brasil S/A

NEURACI CLEUSA SIERRA RAGONESI E OUTROS ajuizou ação contra **BANCO DO BRASIL S/A**, pedindo a condenação ao pagamento de valor pecuniário atinente a diferenças sobre saldo de caderneta de poupança, pois creditou-se valor inferior ao devido.

O réu contestou o pedido, impugnando o benefício da gratuidade processual, arguindo prescrição da ação e refutando a existência de diferenças a pagar.

Os autores não se manifestaram a respeito, embora intimados.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

Nada obstante o silêncio dos autores, prevalece o benefício da gratuidade processual, haja vista a presunção de sinceridade da declaração de insuficiência de recursos, a qual não foi elidida pelo réu.

Cobra-se diferença de correção monetária incidente sobre saldo de caderneta de poupança, cujo cálculo foi afetado por planos econômicos em 1989 e 1990.

No entanto, já decorreu prazo superior a vinte anos, prejudicando o direito de ação, em razão da prescrição.

Às ações de cobrança de diferença de correção monetária e juros moratórios sobre saldos de cadernetas de poupança, atingidos pelos chamados Planos Bresser, Verão, Collor I e Collor II, aplica-se o prazo vintenário do art. 177 do Código Civil de 1.916, e não o prazo decenal do artigo 205 ou quinquenal do inciso I do § 5º do art. 206 ou o trienal do inciso III do § 3º do art. 206, todos do CC/2.002, haja vista a regra transitória do artigo 2.028 deste. Os juros remuneratórios, de 6% ao ano, capitalizados, incorporando-se a cada período mensal, até a data do efetivo pagamento, transformam-se em capital e seguem, quanto ao prazo prescricional, o regime

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

jurídico aplicável a este. Precedentes: STJ-RESP 940.174, DJU 23.8.2007, p. 238; RESP 774.612, DJU 29.5.2006, p. 262; RESP 684.867, DJU 12.5.2006, p. 154; RESP 780.085, DJU 05.12.2005, p. 247.

Diante do exposto, **rejeito o pedido** e condeno os autores ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono do contestante, fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento. A execução das verbas processuais, perante o beneficiário da gratuidade da justiça, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 01 de novembro de 2016.



Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA